

O Projeto de Lei nº 405/2025 propõe a instituição de uma Política Estadual de Incentivo à Transição Energética no Tocantins, com o propósito de promover o uso sustentável e eficiente de fontes renováveis de energia em todo o território estadual. A proposta estabelece diretrizes voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa, ao estímulo ao uso de fontes limpas e sustentáveis e ao incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação tecnológica na geração, distribuição e uso de energia.

A proposição legislativa está em consonância com os princípios constitucionais da proteção ao meio ambiente e com as competências concorrentes dos entes federativos no combate à poluição e na promoção do desenvolvimento sustentável, conforme previsto nos artigos 23, 24 e 225 da Constituição Federal.

O arcabouço legal tocantinense apresenta outros instrumentos para o incentivo a eficiência energética como a Lei Estadual nº 3.179, de 12 de janeiro de 2017, que instituiu a Política Estadual de Incentivo à Geração e ao Uso da Energia Solar e Pró-Solar, e a mais recente Lei Estadual nº 4.527, de 30 de setembro de 2024, que estabelece a Política Estadual de Incentivo à Geração de Energia Renovável por Produtores Rurais.

Do ponto de vista do setor industrial, a iniciativa dialoga diretamente com os diretrizes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO) postas no **Mapa Estratégico da Indústria**(<https://www.mapadaindustria.cni.com.br/mapaestrat%C3%A9gico-dos-estados>) documento que orienta a ação do sistema de representação da indústria em eixos estruturantes como inovação, sustentabilidade e produtividade.

O Mapa Estratégico destaca que a transição energética e a descarbonização da economia constituem pilares essenciais para o aumento da

competitividade e para a consolidação de um novo paradigma produtivo baseado em eficiência no uso de recursos, circularidade e adoção de tecnologias de baixo carbono.

No contexto tocantinense, a instituição de uma política estadual de transição energética representa um instrumento estratégico para fortalecer a indústria local e ampliar sua inserção em cadeias produtivas sustentáveis.

O Tocantins possui ainda potencial de integração dessa política com as ações previstas no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia 2024–2027, que inclui uma carteira de projetos voltados à infraestrutura energética sustentável, à bioeconomia e ao desenvolvimento de tecnologias verdes. A convergência entre a política estadual proposta e as iniciativas regionais e nacionais pode posicionar o Estado como um polo de referência na Amazônia Legal para o avanço da economia verde e a implantação de indústrias de base tecnológica voltadas à transição energética.

Portanto, iniciativas em prol da eficiência energética estão alinhadas com as diretrizes do Sistema Indústria, que defende uma transição energética justa, inovadora e competitiva, uma vez que a adoção de fontes renováveis, como a solar, a biomassa e a eólica, pode reduzir significativamente os custos de produção, especialmente nos setores agroindustrial, de alimentos, cerâmica e construção civil, e podem promover o surgimento de novos negócios nas áreas de energia e inovação tecnológica.

Daniel Alencar Bardal

Júlia Moreira Vieira

Assessores de Defesa da Indústria – Fieto

Palmas- 30/10/2026.